


DECLARAÇÃO UNIFICADA

A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA – SP Referência:
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025 - PROCESSO Nº 186/2025

A Empresa JURIS – APOIO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 15.102.724/0001-13 com endereço na Rua ANTONIO DOMINGOS ROMANO, nº 4265 – RESIDENCIAL JARDIM ATHENAS, CEP: 15501-247 na cidade de VOTUPORANGA Estado SP, por intermédio de seu representante legal, o Sr. ANTONIO MENDES DOS SANTOS NETO, inscrito no CPF nº 032.211.508-65 e RG nº 10122516-SSPSP, DECLARA expressamente:

- a) que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- b) que não está declarado inidônea por qualquer órgão da Administração Pública ou impedida de licitar e contratar com esta Administração Municipal;
- c) que não possui em seu quadro societário e funcional, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- d) que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação definidos no Edital (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21);
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21);
- f) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei Federal nº 14.133/21);
- g) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- h) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- i) que tem conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da contratação.

VOTUPORANGA-SP, 18 DE DEZEMBRO DE 2025


Antônio Mendes dos Santos Neto

